

Literatura para a infância em Portugal: conceptualização e contextualização histórica¹

Carina Miguel Figueiredo da Cruz Rosa Rodrigues*

Resumo

O presente artigo tem como principal finalidade definir conceptual e evolutivamente a literatura para a infância em Portugal, com base na fundamentação teórica e crítica de alguns autores de referência. Uma vez que a literatura para a infância tem sido objecto de discussão activa, desde a problematização relativamente à sua categoria como verdadeiro fenómeno literário até a valorização de um público explícito e concreto, importará reflectir sobre o seu crescimento e o tipo de destinatário preferencial que pretende atingir. Já que a escrita para crianças tem sido um investimento considerável nos últimos anos, torna-se relevante uma abordagem do seu estatuto no panorama literário português, evidenciando os vários géneros editoriais contemplados nessa área da escrita para a infância. Palavras-chave: Literatura para a infância. Conceitos. História. Géneros literários.

1 INTRODUÇÃO

A narração constitui uma prática efectiva da actividade humana desde tempos imemoráveis, e as narrativas integram um património antiquíssimo. Desde as histórias contadas oralmente até a narração em obras escritas, essa prática estava associada à família e à sociedade, em grupos mais pequenos ou mais alargados.

* Mestre em Ciências da Educação, na área de Especialização em Formação Pessoal e Social, pela Universidade de Aveiro; Licenciada em Educação de Infância, pela Escola Superior de Educação de Coimbra; educadora de infância a desenvolver funções no Museu da Água de Coimbra; Rua da Carvalheira, n. 37, Sepins, 3060-538, Cantanhede, Portugal; a36807@ua.pt

Por circunstâncias diversas, a família parece estar, contudo, distanciando-se dessa função. Por essa razão, são actualmente os educadores de infância quem procuram responder a essa necessidade humana, por intermédio de actividades diversas, integrando na rotina diária de creches e jardins-de-infância a narração e dramatização de contos, entre outras iniciativas, ocupando assim o principal lugar do velho “contador de histórias”. Todavia, e porque se assiste ainda a certa tendência para deixar cair no esquecimento essa área da produção literária, urge sensibilizar os principais agentes educativos responsáveis por essa transmissão de saberes, para a importância da literatura para a infância, clarificando o seu conceito e conhecendo as origens e as dinâmicas evolutivas que acompanharam a sua afirmação.

Atendendo ao desenvolvimento que a literatura para a infância tem conhecido nos últimos anos, pelas polémicas, não raras vezes suscitadas relativamente ao seu estatuto no universo literário, e pelo contexto previamente descrito, um estudo nesse domínio afigura-se de particular pertinência. Numa primeira instância, procurou-se definir conceptual e evolutivamente o panorama editorial no âmbito da literatura para a infância, com base na fundamentação teórica e crítica de alguns autores de referência. Como a literatura para a infância tem sido objecto de discussão activa, desde a problematização relativamente até a sua categoria como verdadeiro fenómeno literário até a valorização de um público explícito e concreto, importará reflectir sobre a sua evolução e desenvolvimento, assim como sobre o tipo de destinatário preferencial a que se dirige. Já que a escrita para crianças tem sido um investimento considerável nos últimos anos, procede-se, posteriormente, a uma abordagem do seu estatuto no panorama literário português, reflectindo sobre o seu processo de legitimação e sobre as suas principais linhas evolutivas.

2 LITERATURA PARA A INFÂNCIA: CONCEITO E PRESSUPOSTOS

A realização de um trabalho de investigação no campo da literatura para a infância revela-se como um grande desafio por apenas, recentemente, atribuir-se a essa área da literatura o seu merecido apreço. Segundo Veloso (1994, p. 15), a literatura para a infância era até então considerada como um “subproduto sofrível”, ou ainda, “uma subliteratura” da área da produção literária (SORIANO, 1975, p. 16).

Apesar de a literatura para a infância ter suscitado algumas questões e discussões sobre o seu estatuto no universo literário, não se pode menosprezar a existência dessa área da produção literária, que tem desenvolvido e assumido uma crescente importância em vários domínios. Em termos meramente quantitativos, veja-se o aumento do volume das suas edições, principalmente a partir dos anos 70 do século XX.

Na perspectiva de Aguiar e Silva (1981, p. 11):

[...] o aparecimento, no âmbito da chamada “literatura escrita”, de textos de literatura infantil constitui um fenómeno historicamente recente, mas as raízes da literatura infantil produzida e recebida oralmente afundam-se na espessura dos tempos e aponta para matrizes várias: mitos, crenças e rituais religiosos [...], símbolos ligados ao trabalho e às suas relações com os ciclos de vida da natureza, acontecimentos históricos [...] Narrativas, canções, adivinhas, etc., destinadas a educar e a satisfazer ludicamente as crianças têm circulado assim oralmente, desde há muitos séculos, por toda a Europa, transmigrando de região para região, sofrendo alterações ou modulações em função das épocas, dos espaços geográficos e das comunidades sociais, sem que se lhes possa assinalar quase nunca uma autoria razoavelmente identificada [...]

Foram vários os autores que se debruçaram sobre o mundo da literatura infanto-juvenil, reflectindo sobre questões ligadas ao próprio conceito, às suas origens e evolução. Uma pesquisa nesse âmbito revela que certas discordâncias se prendem, desde logo, com a própria designação a ser utilizada quando se refere a esse universo literário. Entre as perspectivas recolhidas, encontraram-se menções diversas alusivas a esse género, designado por literatura para crianças (por influência francófona, *littérature pour les enfants*), literatura para crianças e jovens (da expressão espanhola, *literatura para niños y jóvenes*), literatura infanto-juvenil, ou ainda, literatura infantil, na qual Gomes (1979) consideraria adequado o uso desse adjectivo se fosse tratado de obras escritas pelas próprias crianças, ou, tal como no caso de uma literatura juvenil, de textos escritos por jovens. Por seu turno, Barreto (2002, p. 305) julga literatura para a infância como a expressão que “[...] continua a imperar entre nós quando se pretende designar toda a literatura cujo destinatário é a criança.” Todavia, e apesar de ser essa a denominação mais apropriada para o tipo de literatura em apreço na presente dissertação, não se considera que o emprego de expressões alternativas, como literatura infantil, possa evidenciar quaisquer ambiguidades relativamente à questão

do emissor. Assim, não se associa ao conceito a produção literária e artística em termos gerais, vinda da mão de uma criança, à medida que, pela sua condição, não reúne as especificidades fundamentais a esse acto criador.

Ainda, no que concerne à definição do conceito, parecem perdurar algumas contradições, especificamente no que se refere ao seu estatuto e ao destinatário preferencial que se pretende atingir.

Uma das primeiras propostas, numa tentativa de clarificação do conceito de literatura para a infância, foi decerto a de Soriano (1975, p. 185), que interpreta a literatura para a infância como:

[...] une communication historique (autrement dit localisée dans le temps et dans l'espace) entre un locuteur ou un scripteur adulte (émetteur) et un destinataire enfant (récepteur) qui, par définition en quelque sorte, au cours de la période considérée, ne dispose que de façon partielle de l'expérience du réel et des structures linguistiques, intellectuelles, affectives et autres qui caractérisent l'âge adulte.

Nas suas palavras, o autor equipara a literatura para a infância a um “[...] fenómeno comunicativo específico [...]” (BASTOS, 1999, p. 22), realçando a importância de um emissor e de um receptor e da sua contextualização num tempo e espaço precisos. Mais, afirma-se que esse tipo de literatura deve, fundamentalmente, atender às especificidades do destinatário, considerando o estágio de desenvolvimento em que se encontra. Desse modo, e considerando que se destina preferencialmente ao público infantil, entendido de forma lata, a literatura para a infância deve-se apresentar com um conjunto de textos distintos, previstos e adequados à condição específica da criança.

A esse propósito, Gomes (1979, p. 11) afirma que “[...] há quem defenda o conceito de que literatura é só uma, e que os livros para crianças, com qualidade de escrita, se podem pôr a par dos livros que os adultos lêem. No entanto, para a infância, são necessárias características especiais que dizem respeito aos temas e às linguagens.”

Também, Bicchonnier (1991 apud BASTOS, 1999, p. 23) se questionou sobre a natureza do conceito, referindo que “[...] quando escrevemos para crianças, a estratégia é forçosamente muito diferente, uma vez que nos dirigimos a um público preciso [...] Acrescentar “para crianças” a palavra literatura acaba, de certa maneira, por evocar um outro género literário, uma outra forma de escrita, adaptada a um público.”

Já em 1984, em *La Literatura Infantil en la Educación Básica*, aquando da sua primeira tentativa de definição desse conceito, Cervera (1991, p. 11) afirma que na literatura para a infância “[...] *se integran todas las manifestaciones y actividades que tienen como base la palabra con finalidad artística o lúdica que interesen al niño.*” Mais tarde, o referido autor reconhece que é “[...] *toda producción que tiene como vehículo la palabra con un toque artístico o creativo y como destinatario al niño.*”

Para Cervera (1991), a literatura para a infância deve apresentar um rigor literário, artístico e lúdico, servindo de resposta aos interesses e necessidades íntimas da criança, apresentando contextos e situações próximas das suas vivências, fundamentando assim a pertinência da especificidade deste género no cânone da literatura em geral. Segundo o autor:

[...] cualquier definición de literatura infantil que se formule deberá cumplir dos funciones básicas y complementarias. Por una parte tendrá que ejercer un papel integrador o de globalización, para que nada de cuanto se considere literatura infantil quede fuera de ella. Por otra, tendrá que actuar como selectora para garantizar que sea literatura. (CERVERA, 1991, p. 11).

Logo, e contrariando Soriano (1975), que localiza a literatura para a infância num tempo e espaço precisos, Cervera (1991) pressupõe que esse género compreenda, também, todas as narrativas de índole tradicional, isto é, aquelas que não foram de início concebidas para elas, mas que, conseqüentemente, as crianças herdaram, bem como todas aquelas que, mesmo que regidas por códigos diferentes, dirijam-se às crianças, como é o caso do teatro, da banda desenhada, da música, cinema ou vídeo (BASTOS, 1999). Essa é uma perspectiva, de certo modo, questionável, uma vez que nem todas essas formas de arte se podem verdadeiramente enquadrar no universo literário para a infância.

Na perspectiva de Cervera (1991), a literatura para a infância ramifica-se em três categorias distintas: *a literatura ganada* ou *literatura recuperada*; *a literatura creada para los niños*; *a literatura instrumentalizada*. Cervera (1991) entende por literatura recuperada todas as obras que eram, inicialmente, produzidas e dedicadas aos adultos, mas de que, por circunstâncias várias, as crianças também foram se apropriando. Nesse grupo, incluem-se as narrativas tradicionais de transmissão oral e o folclore da literatura para a infância. Já a literatura criada

para crianças compreende todas as produções que foram particularmente escritas para as crianças, pensando fundamentalmente nas suas especificidades. Finalmente, a literatura instrumentalizada diz respeito aos livros com maior finalidade didáctica em detrimento da literária, como servem de exemplos os dicionários, enciclopédias ou os livros de imagens (CERVERA, 1991, p. 18).

Para fundamentar essa sua teoria, Cervera (1991, p. 11) recorre à perspectiva de Perriconi (1983), sustentando que “[...] *la literatura infantil constituye un aspecto muy particular de la literatura, pues se sitúa en el punto medio entre el tiempo transcurrido y el tiempo que desconocemos. Es una medición en el tiempo.*” No decorrer da sua análise, Perriconi (1983, p. 11) volta a meditar no conceito, mas apontando já o lugar imprescindível de um destinatário e de um receptor. Mais do que definir literatura para a infância, destaca os seus objectivos, já que, quando se refere unicamente a ela, sustenta que “[...] *es un acto de comunicación, de carácter estético, entre un receptor niño y un emisor adulto, que tiene como objetivo la sensibilización del primero y como medio la capacidad creadora y lúdica del lenguaje, y debe responder a las exigencias y necesidades de los lectores.*”

Entende-se, nessas concepções, que na literatura para a infância prevalece o particular processo de comunicação que se estabelece entre o receptor e o emissor e pelas especificidades do primeiro.

Também, na sua “Nótula sobre o Conceito de Literatura Infantil”, Aguiar e Silva (1981, p. 11) assegura que “[...] se a literatura feminina é a literatura escrita por mulheres, a literatura infantil é a literatura que tem como destinatário extratextual as crianças. No primeiro sintagma, o adjectivo reporta-se à esfera da produção literária; no segundo sintagma, à esfera da recepção literária.” Por isso, Veloso (1994, p. 15) sustenta ainda a necessidade de se “[...] procurar no sujeito leitor o fundamento do conceito de literatura, neste caso o receptor de um conjunto de obras que ganham feição especial, quer pela temática, quer pela intenção.”

Apologista da expressão literatura infantil, considerando-a “[...] validada pela tradição, contendo em si uma clara ideia do que é efectivamente uma literatura para crianças [...]”, podendo os adultos também desfrutar dela, Veloso (1994, p. 16) vinca que só é “[...] literatura infantil aquela que é feita por adultos para crianças, excluindo totalmente os textos infantis; estes não são literatura

pois não comportam as características que tipificam o texto literário [...]”, e a que chama de “meros exercícios textuais.”

De acordo com Coelho (1984 apud BRITO, 2004, p. 78):

[...] a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenómeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra [e que] na sua essência, a sua natureza é a mesma da que se destina aos adultos. As diferenças que a singularizam são determinadas pela natureza do seu leitor/receptor: a criança.

Fazendo uso das palavras, Brito (2004, p. 77) defende que, hoje, e “[...] longe de ser vista como um género menor em relação à área global da Literatura, a Infantil vem sendo reconhecida como um valor maior. Como verdadeiro ponto de convergência das realizações, valores, *desvalores*, ideais, ideias ou aspirações que definem a Cultura ou a Civilização de cada época.”

Na mesma linha de pensamento, Mendoza Fillola (1999) define a literatura para a infância como um conjunto de obras de carácter literário artístico que se assemelham a outras produções pelas características literárias que as definem, assim como livros, principalmente fornecidos à criança nas suas etapas básicas de formação linguística e cultural, mesmo que apresentem outros tipos de códigos semióticos.

Por seu turno, Bastos (1999), no seu estudo-síntese sobre a literatura infantil, refere-se ainda à subsistência de dois tipos de produção na área da literatura para a infância. Assinala, por um lado, o conjunto das produções literárias destinadas a um público específico, marcadas por especificidades literárias valorosas, contemplando assim géneros de índole narrativa, lírica ou dramática. Por outro, e designando-a de literatura anexada, distingue a literatura de tradição oral e as obras que não eram inicialmente produzidas a pensar na criança, mas que foram sendo encaradas como parte da literatura para a infância.

Já Parafita (2002, p. 208) afirma que é frequente definir literatura para a infância como “[...] toda a produção editorial que visa a informação e a formação da criança, no que respeita ao traquejo da língua, desenvoltura intelectual e sensibilidade estética.” Acrescenta que o que a distingue de outros géneros literários é a questão da faixa etária a que se destina. No entanto, afirma que são várias as dúvidas colocadas no que se refere à área, principalmente quando se

pretende discernir aquilo que é literário daquilo que não é, num contexto infantil. Em consequência, esse autor considera que, apesar de apontar para objectivos básicos – “[...] aquisição e potenciação de esquemas mentais, aquisição e cultivo da linguagem, aquisição e implementação de experiências estéticas e éticas [...]” – “[...] para que seja literatura, tem, acima de tudo, de ser um objecto artístico. Uma obra de arte portanto.”

Mais recentemente, em “Livros de Palmo e Meio – Reflexões sobre Literatura para a Infância”, Ramos (2007, p. 67) entende por literatura para a infância toda “[...] a produção literária que tenha um destinatário preferencial – a *criança*, definido, sobretudo, por uma determinada faixa etária” e que, “apesar de se destinar a um público consideravelmente jovem, pode ser concebida como uma produção em tudo semelhante (do ponto de vista da qualidade, do rigor e do sentido estético e artístico) à que é produzida para adultos.”

Depois de uma revisão actual da literatura sobre o conceito em apreço, e procurando unificar os vários ensaios, considera-se, sumariamente, literatura para a infância como toda a produção literária, intencionalmente concebida pelo adulto, com vista a atingir um público de potencial recepção infantil, atendendo à especificidade e à faixa etária do seu destinatário – a criança. Incluem-se, ainda, nesse quadro, as produções que, não tendo sido originariamente ideadas para a criança, encaram-se hoje como parte da literatura que lhe é remetida e a qual se atreve a apelidar de literatura herdada. Por literatura didascálica, pensa-se o conjunto dos livros cuja intenção seja fundamentalmente didáctica e informativa – os dicionários, as enciclopédias ou os próprios livros de imagens² didácticos – e que, por tal motivo, não se julga constituir um verdadeiro *corpus* literário da literatura para a infância, senão um subgénero ou uma tipologia adjacente a essa mesma área editorial.

Finalmente, e procurando demarcar os géneros literários particularmente destinados às crianças, e mais frequentemente expostos em contexto de jardim-de-infância, Veloso e Riscado (2002) consideram que a literatura para a infância contempla diversos géneros, que vão desde o lírico até o dramático, passando pelo narrativo. Os mesmos autores asseguram que, no actual panorama literário português dirigido à infância, os mais visitados são os narrativos, nomeadamente os contos tradicionais, populares e os contos e novelas de autor, referindo também a poesia de autor, as rimas tradicionais (trava-línguas, lengalengas, provérbios e

rimances), assim como as obras de domínio teatral. Por sua vez, em trabalho anterior, Veloso (1994) defende ainda que uma fruição estética plena por parte da criança depende do seu contacto com toda essa diversidade de códigos e obras.

3 A LITERATURA PARA A INFÂNCIA – CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA SUA EVOLUÇÃO

Seguindo o pensamento de Rocha (1984, p. 17) quando afirma que “[...] o livro surge como um fenómeno social por isso deve ser analisado nas suas características, funções e efeitos, e também no ‘quando’, ‘como’ e ‘onde’ do seu nascimento [...]”, procura-se, numa tentativa de esboçar uma breve retrospectiva histórica das origens e evolução da literatura para a infância, debruçar, agora, sobre os principais aspectos relevados pelos estudos desenvolvidos nesse campo. Nesse sentido, centra-se sobre as panorâmicas de Lemos (1972), Pires (1983), Rocha (1984) e Gomes (1997), por constituírem as principais referências na abordagem de uma história para a literatura portuguesa para a infância.

Pretende-se retratar, nos parágrafos seguintes, apenas os marcos mais significativos que definem evolutivamente o panorama editorial do âmbito da literatura para a infância, evidenciando o surgimento das principais publicações no quadro ocidental, estreitando o estudo para o caso português, em que as edições têm suscitado, nos últimos anos, várias reflexões, designadamente acerca da sua especificidade.

Procurando, ainda, visar ao objecto central deste estudo, será abordado, nessa breve cronologia, sobre a obra de Luísa Ducla Soares, contextualizando-a no actual panorama literário para a infância, que conheceu um particular destaque nas últimas décadas.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

O percurso da literatura para a infância, no Ocidente, nasceu no Humanismo (renascentista) e esteve sempre ligado à tendência de secularização da cultura (LEMOS, 1972). Todo um conjunto de factores que se fizeram sentir

nos séculos XVI e XVII, nomeadamente pelas transformações políticas (emergência do Estado Moderno), sociais (emergência de novos grupos sociais, urbanização), económicas (constituição de mercados mais alargados, produção em série), culturais (valorização da infância no final do Antigo Regime, escolarização), ideológicas (emergência de concepções igualitárias), propiciaram a evolução rápida registada nos séculos seguintes. Também, a difusão da imprensa facilitou o aumento notável do número de leitores que eram, antes, restritos à nobreza de toga e ao clero. E, por outro lado, a literatura oral não deixou de ter um lugar permanente na literatura para a infância, funcionando como fonte permanente de inspiração. Assistiu-se a uma mudança significativa, não somente do público leitor como também de autores que deixaram de pertencer à aristocracia e passaram a ter origem em meios burgueses. Assim, a recepção de livros destinados às crianças decorre, de alguma forma, da conjuntura socioeconómica relacionada ainda com a educação formal. Até então, a cultura era difundida pela oralidade, por contadores de histórias e dirigida, indiscriminadamente, tanto aos adultos quanto às crianças. No entanto, nessa época marcada pela passagem da difusão do texto oral para a difusão mediante o texto escrito, não se fez notar qualquer distinção entre obras para adultos e outras especificamente dedicadas às crianças, à medida que estas não eram consideradas como verdadeiro público com necessidades específicas. A criança era considerada um adulto em miniatura, pertencente a um grupo – público leitor – constituído, ainda e na sua maioria, por adultos de reduzida instrução. Por isso, não se fez sentir a necessidade de estabelecer uma diferença entre temas para adultos e outros para crianças. A criança tinha acesso aos mesmos textos disponibilizados aos adultos, uma vez que se considerava que se o adulto fosse capaz de compreender um texto, a criança, como adulto em ponto pequeno, também deveria ter essa capacidade (LEMOS, 1972).

Em Portugal, como em muitos outros países europeus, a literatura para a infância estava estreitamente ligada à escolaridade e aos seus objectivos. As primeiras obras explicitamente dirigidas às crianças decorreram de intenções expressamente pedagógicas. Em vez de o livro ser encarado como instrumento de recreio e diversão, era visto como meio de instrução/educação. Consequentemente, a literatura para a infância era apenas aquela que constava dos livros escolares. Fora da escola, até ao século XIX, a criança não tinha nada para ler,

estava reduzida ao conto tradicional, transmitido pela oralidade (ROCHA, 1984). Como se refere Brito (2004, p. 81), destaca-se, ainda nessa época, para além dos contos populares, o recurso aos “[...] romances de cavalaria, às obras pedagógicas (nomeadamente cartilhas de aprender a ler), os catecismos, os relatos de viagens, os exemplários (relatos com funções educativas e moralizantes), as fábulas, a literatura de cordel e há também notícia de teatro infantil.” Nesse contexto, surge a obra de Gonçalo Fernandes Trancoso, “Contos e Histórias de Proveito e Exemplo”, editada em 1575 e reeditada várias vezes no século XVII (ROCHA, 1984). Contudo, as obras que se seguiram pertenciam a uma literatura ainda muito ligada à tradição oral, à medida que se apresentavam, frequentemente, sob a forma do discurso directo e num estilo marcadamente popular.

A literatura para a infância atingiu um maior crescimento no século XVIII, fora de Portugal, nomeadamente com os famosos *Contes de Ma Mère L’Oye*, de Charles Perrault, e as *Fábulas*, de La Fontaine, que perduraram até hoje, entre outras obras. O século XVIII encerra-se com a obra de Fénelon, *Les Aventures de Télémaque* (1699) (ROCHA, 1984, p. 37).

Já em Portugal, somente a partir do século XIX é que os escritores que se debruçaram sobre o assunto, como os da nomeada geração de 70, situam o surgimento da literatura para a infância. Um maior interesse sobre a compreensão da infância e da sua natureza revela, ainda, outra preocupação, designadamente em perceber se começou a escrever para crianças ou se paradoxalmente se começou a escrever sobre elas.

3.2 ORIGENS E EVOLUÇÃO DA LITERATURA PARA INFÂNCIA EM PORTUGAL

A preocupação em criar uma literatura para a infância em Portugal nasceu em resultado dos estudos folclóricos, na altura em que as teorias positivistas procuravam sistematizar a ideia romântica do povo criador e do poema como obra de arte colectiva. Os contos tradicionais que, desde sempre, tinham servido para adormecer ou entreter as crianças, passaram a ser os pioneiros da literatura para a infância em Portugal e vistos como o alimento espiritual mais natural que se podia proporcionar à criança (LEMOS, 1972).

3.2.1 Século XIX

As colectâneas de contos tradicionais dedicados às crianças multiplicaram-se ao longo do século XIX. Nessa altura, sentiu-se uma grande escassez de obras originais, tornando-se mais fácil a adaptação de histórias já existentes do que propriamente a sua invenção, para um público que afinal se revelou tão especial, e sobre o qual a maioria dos autores sabia bem pouco (LEMOS, 1972).

Conforme já dito, a literatura portuguesa para a infância só teve verdadeira expressão a partir dos meados do século XIX, com o aproveitamento da literatura de adultos para as crianças, com as fábulas, contos tradicionais ou até mesmo por intermédio de exemplos da história. Até então, como se verificou noutros países, o livro servia exclusivamente de instrumento didáctico. Os exemplos e as fábulas (Esopo e Fedro) foram dois géneros que, desde cedo, passaram da literatura adulta para o uso das crianças; entretanto, durante muito tempo, com uma finalidade e utilização quase puramente escolares. As fábulas de Esopo eram utilizadas como forma de transmissão de valores; constituíam a base da cultura popular que transmitiam os saberes de referência para cada circunstância. Fora desse contexto, a criança tinha somente acesso a histórias mediante os contos tradicionais conhecidos por transmissão oral (LEMOS, 1972).

A literatura portuguesa para a infância conheceu uma rápida evolução e um particular arranque com a pioneira geração de 70 que, nas décadas seguintes à revolução republicana, revelou contributos decisivos para que se possa considerar esse o período impulsionador da literatura portuguesa de potencial recepção infantil (GOMES; RAMOS; SILVA, 2007). Em 1887, Guerra Junqueiro (1850-1923) publica “Os Contos para a Infância”, em que o autor declara que “[...] para educar as crianças é preciso amá-las. As escolas devem ser o prolongamento dos berços. Por isso, os grandes educadores, como Froebel, têm uma espécie de virilidade maternal. O leite é o alimento do berço, o livro o alimento da escola.” (LEMOS, 1972, p. 11).

No último quarto do século XIX, verifica-se o predomínio da literatura tradicional. Em 1879, aparece uma colectânea dos “Contos de Andersen”, organizada por Gabriel Pereira. Em 1882, Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) considerava fundamental fornecer às crianças contos que elas entendessem, que as interessassem, que as fizessem rir e chorar. Assim, com base nos contos de

Grimm e Andersen e com a colaboração do seu marido Gonçalves Crespo, surgem “Os Contos para os Nossos Filhos.” Em 1883, foram editados por Salomão Saragga dois volumes dos “Contos de Grimm” e, em 1888, aparece outra colecção de Andersen. Mais tarde, em 1897, Luísa de Albuquerque publica outra colecção de vários contos tradicionais. Em 1898 surge outra de António Pena, prefaciada por Carolina Michaëlis (LEMOS, 1972).

Somente a partir dessa altura “[...] os autores começaram a escrever para a criança em moldes mais semelhantes aos actuais.” (PIRES, 1983, p. 71). No entanto, já Esther de Lemos dizia que “[...] o facto de não existir uma literatura diferente da que hoje achamos adequada às crianças do século XIX não nos deveria, na [sua] opinião, levar a concluir que não há literatura infantil em Portugal senão a partir da segunda metade do século XIX.” (LEMOS, 1972, p. 15).

Estabelecendo uma relação com a produção anglo-saxónica destinada à infância, Eça de Queirós (1845-1900) criticou o atraso e a incompreensão do povo português diante dessa problemática. Mas ainda com a expectativa de uma breve mudança, aconselha uma leitura graduada por idades: salienta a importância da ilustração, do desenho e da cor, do preço baixo e da função pedagógica, entendida no sentido amplo e rico (PIRES, 1983, p. 72).

Para esse contexto, Pires (1983, p. 73) aponta como principais factores os contactos com o estrangeiro, assim como o desenvolvimento dos meios de comunicação, que abriram Portugal ao resto da Europa e trouxeram certa expansão cultural. Segundo a autora, também o entusiasmo pelo progresso educacional e pela difusão do ensino esteve na origem da renovação dessas concepções.

3.2.2 Século XX e antecedentes

A partir dos últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, em Portugal, registaram-se várias mudanças em nível político e cultural, nomeadamente já no período que antecede o golpe militar, de 28 de maio de 1926, atingindo os domínios da educação e, conseqüentemente, da literatura para a infância (GOMES, 1997). De facto, nesse período, em que se iniciou o século da criança, assistiu-se a um aumento notório da produção de livros a ela destinados. Surgem novos estímulos culturais, designadamente com a intensificação da propagan-

da republicana (e da monárquica que se opunha) e da revolução pedagógica, iniciada por Pestalozzi e Froebel, indutores de uma mudança de atitudes face à infância (LEMOS, 1972).

Assiste-se, também, ao surgimento de numerosas colectâneas de livros para crianças, nas quais se destacam as fábulas e obras de carácter tradicionalista, predominando nomes, como os de Almeida Garrett (1799-1854), Guerra Junqueiro (1850-1923) e as traduções ou adaptações de Charles Perrault, Jakob e Wilhelm Grimm ou ainda Hans Christian Andersen (PIRES, 1983). O conto popular foi outro género que ganhou maior relevo nessas décadas, particularmente com a publicação de obras da autoria de Francisco Adolfo Coelho³ (1847-1919), Teófilo Braga⁴ (1843-1924) e Alexandre Herculano (1810-1877). Já no último quartel do século XIX, emerge a célebre obra pedagógica de João de Deus (1830-1896), também fabulista e poeta, que propõe um novo método global de leitura na sua “Cartilha Maternal” (1876), revelando-se, então, empenhado em renovar e divulgar o ensino das “primeiras letras” (PIRES, 1983, p. 82).

É ainda nesse período que aparecem as primeiras revistas infantis, “[...] devido ao desenvolvimento das técnicas de impressão e ao aumento do público leitor [...]” e que se revelaram como “[...] as precursoras das inúmeras publicações, que viriam a surgir no século XX.” (PIRES, 1983, p. 86). Nas últimas décadas desse século, foram, igualmente, dados os primeiros passos no campo do teatro infantil, com várias peças publicadas por Maria Rita Chiappe Cadet, entre 1883 e 1885, intituladas “A Mascarada Infantil e O Primeiro Baile.”

Vivem-se grandes transformações no que respeita aos modos de vida e às relações familiares, nomeadamente nas leituras que deixam de ter tanta visibilidade nos serões familiares, verificando-se uma ruptura entre o livro que era, até então, expressamente dirigido aos adultos e o livro para crianças, que passa a ser o seu destinatário preferencial (PIRES, 1983, p. 91). Por esses motivos, assiste-se ao aparecimento de uma nova visão da literatura para a infância que, segundo a autora, “[...] adquiriu a sua dimensão própria e deve ter como fim estimular a imaginação, desenvolver o sentido de humor, encorajar o gosto pela literatura em geral e alargar a compreensão de outras raças e países.” (PIRES, 1983, p. 91).

De facto, começou a atribuir-se maior importância à educação de infância e, mesmo em termos políticos, importava formar as crianças, à medida que

“[...] as gerações mais novas eram aquelas que haviam de, ou não, assegurar continuidade ao ideal revolucionário.” (LEMOS, 1972, p. 19). Com a revolução republicana, nasceu um novo espírito relativamente à literatura para a infância: “Urgia despertar nos espíritos, o sentido cívico que substituisse as velhas ideias de fidelidade e obediência, e desse a cada cidadão a consciência da responsabilidade que tinha no progresso do país.” (LEMOS, 1972, p. 19). Por isso, há afirmações de que:

[...] os ideais democráticos e republicanos dominantes no período compreendido entre 1910 e 1926, as goradas preocupações em torno da alfabetização, da educação pré-escolar e escolar e a afirmação pública dos valores da liberdade, da instrução, do trabalho e do progresso, a par do incremento da imprensa infantil e das publicações para a infância, terão concorrido para a criação de um clima propício à conformação de uma nova literatura para a infância em Portugal, mais consciente da sua dimensão lúdica e estética e mais liberta, desse modo, da intencionalidade pedagógica e moralizante que inquinou muito da produção anterior. (GOMES; RAMOS; SILVA, 2007, p. 14).

A literatura para a infância coeva acusa, em parte, o impulso dessas tendências. Isso verifica-se com Ana de Castro Osório⁵ (1872-1935), considerada como a principal impulsionadora da literatura portuguesa para a infância, cujos trabalhos vieram a lume no século XX e que, a partir de 1897, publicou uma série de fascículos contidos na sua revista “Para as Crianças”, em que predominam contos tradicionais “tirados da boca do povo”, direccionados para a educação cívica e patriótica imposta pelos novos ideais (LEMOS, 1972). Essa intenção manifesta-se, também, noutra obra da autora em questão, publicada em 1918, “De Como Portugal Foi Chamado a Entrar em Guerra – Histórias para Crianças.” E como ela, muitos outros autores apareceram nessa época dentro do mesmo espírito, fazendo-se sentir a ideia de que a literatura parece estar ao serviço da propaganda. Muitos autores tentaram combater essa tendência, mas nenhum conseguiu alcançar o grande objectivo de formar, simultaneamente, o gosto literário e a defesa de um ideal de vida (LEMOS, 1972).

Com o passar do tempo e em resultado de múltiplas transformações, aumenta significativamente a produção de livros dirigidos à infância. Nas primeiras décadas do século XX, com a particular finalidade de combater o analfabetismo em Portugal, surgem obras de carácter pedagógico e formativo, de figuras como

José Francisco Trindade Coelho⁶ (1861-1908), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Ana de Castro Osório (1872-1935), ou ainda, Virgínia Castro e Almeida (1874-1945), entre outros (PIRES, 1983).

Também por esses anos, durante o período da Primeira República e a primeira fase da ditadura salazarista, traçavam-se em Portugal outros movimentos, mas dessa vez de cariz nacionalista, ou seja, mais especificamente ligados à tradição e aos valores do país. No entanto, essa ainda não era considerada literatura puramente dedicada às crianças. Os autores procuravam, de uma forma simples, ensinar e transmitir narrativas ligadas à história e à vida de Portugal. Surgem, então, obras inspiradas em poesias marcadas até hoje na história da literatura para a infância, como “Os Lusíadas” (1572) e A “Nau Catrineta” (1703). Afonso Lopes Vieira (1878-1946) e Jaime Cortesão (1884-1960) foram dois dos autores que revisitam a história dos descobrimentos portugueses nos seus textos.

Nos anos após a Primeira Guerra Mundial, a literatura para a infância conquistou um prestígio indubitável. Escrever para crianças passou a motivar um número apreciável de escritores para os quais essa produção literária era significativa. Nessa linha de pensamento, surgem várias obras da autoria de António Sérgio (1883-1969), tais como: uma colectânea de contos tradicionais intitulados Na Terra e no Mar, datado de 1924; Contos Gregos (1925); A Dança dos Meses (1926); O Ratão Peladão (1926), ou ainda, Os Conselheiros do Califa, em 1927. A seguir, surge uma das obras certamente mais significativas no panorama da literatura para a infância do século XX, pela mão do grande romancista e novelista Aquilino Ribeiro (1885-1963), que se destaca com aquele que é seguramente o “clássico” mais evidente da literatura para a infância: O Romance da Raposa (1924), publicação pela qual veio quebrar a tradição que até então prevalecia nos textos destinados aos mais novos. Mais tarde, e com essa mesma qualidade literária, Aquilino Ribeiro assina, em 1933, uma adaptação sob o título de Peregrinação de Fernão Mendes Pinto: Aventuras Extraordinárias de Um Português no Oriente e, em 1962, escreve O Livro de Marianinha: Lengalengas e Toadilhas em Prosa Rimada, que só publica mais tarde, em 1967 (GOMES, 2005).

Essa é a idade do intimismo e do psicologismo, uma vez que, na primeira metade do século XX, era atribuída uma enorme importância ao universo da criança, que passa a ser objecto de correntes artísticas, como o dadaísmo e o surrealismo. Todavia, como consequência dessas tendências, surgem incertezas

quanto à produção de obras para crianças e obras cujo tema é a infância. Pode aqui ser referido António Botto (1897-1959), com os seus temas: O livro das Crianças (1931) e O Meu Amor Pequenino (1934), ou ainda, Augusto de Santa Rita (1888-1956) que, com a sua colectânea, O Mundo dos Meus Bonitos, publicada em 1920, afasta-se completamente do livro para crianças (PIRES, 1983).

No entanto, se as tendências gerais da literatura originaram algumas discussões, também elas favoreceram aos autores, com a verdadeira vocação para a literatura para a infância, “[...] o aprofundamento e enriquecimento dos temas e figuras, a delicadeza e naturalidade das descrições, o sentido poético do real.” (LEMOS, 1972, p. 26).

O período entre as duas guerras fica marcado na literatura para a infância, pois, para além dos grandes nomes que se destacaram pelo seu contributo, aparece um leque de escritores especializados na área da literatura para a infância que, pelo seu interesse narrativo e pela qualidade literária das suas obras, distinguem-se dos anteriores. Fernando de Castro (1889-1946) e Adolfo Simões Müller (1909-1989) foram dois desses autores que revelaram a sua capacidade de escrever para pequenos leitores (LEMOS, 1972).

Na perspectiva de Gomes (1997), os anos 60 foram expansivos, trazendo à literatura para a infância duas tendências: por um lado, o conservadorismo, implicando uma aceitação dos princípios tradicionalistas instaurados pelas ideologias do Estado Novo; por outro, o humor e a crítica, assistindo-se então a uma literatura que põe em causa a realidade social vigente, ao mesmo tempo que propõe modelos de conduta inovadores.

É no último quartel do século XX, precisamente em 1970, que se estréia Luísa Ducla Soares, escritora contemporânea de textos literários para a infância, com o seu primeiro volume de poesia, intitulado Contrato. Dois anos depois, Luísa Ducla Soares publica a sua primeira obra destinada às crianças: História da Papoila, pela qual, em 1973, o Secretariado Nacional de Informação (SNI) pretendeu atribuir-lhe o Grande Prémio de Literatura para a Infância “Maria Amália Vaz de Carvalho”, mas que a autora recusou, por motivos ideológicos e políticos.

Novas mudanças decorrem do 25 de abril de 1974, nomeadamente aos níveis político, socioeconómico e cultural. Gomes (1997, p. 43) sustenta que:

[...] o fim da Censura, a livre expressão e circulação de ideias e a abertura de Portugal ao exterior favoreceram o aparecimento de iniciativas ligadas à re-

flexão sobre o mundo da criança, a par de uma certa renovação no domínio da literatura que lhe é destinada – a qual resulta da possibilidade de escrever e publicar num clima de liberdade.

Com os progressos técnicos das artes gráficas, assiste-se ainda à revelação de um novo género literário – o álbum narrativo –, que conheceu um *boom* significativo por volta dos anos 60/70 do século XX, em alguns países de Europa, como foi o caso do Reino Unido, da Alemanha ou ainda da França, com a afirmação de nomes que ainda hoje são referências nesse âmbito e dos quais se distinguem, a título meramente exemplificativo, Maurice Sendak, Mercer Mayer e Leo Lionni. Em Portugal, todavia, só começaram a aparecer os primeiros álbuns nos finais dos anos 80 e na década de 1990. Foram vários os autores que, em nível internacional, destacaram-se como criadores de álbuns para crianças. Alguns dedicaram-se somente à sua escrita, outros tomaram o duplo papel de autores/ilustradores. Contudo, em Portugal, essa é uma área ainda pouco explorada; por isso, o número dos seus autores não é muito significativo, destacando-se a produção de figuras como Leonor Praça, Maria Keil, Cristina Malaquias, Manuela Bacelar e, mais recentemente, Marta Torrão ou Alain Corbel, entre outros (GOMES, 2003; RAMOS, 2007).

Nas últimas décadas do século XX, precisamente no período decorrente entre os finais dos anos 70 e os princípios de 90, a literatura infanto-juvenil conhece maior evolução em Portugal. Na origem desse acontecimento, estão fenómenos como: a renovação de numerosas bibliotecas escolares; a criação da disciplina de Literatura para a Infância, nos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores do ensino básico, nas escolas do magistério primário e, mais tarde, nas escolas superiores de educação; a divulgação crescente de exposições, seminários, colóquios e acções de formação no âmbito dessa área da literatura; a publicação de alguns volumes, como é o caso das publicações de Maria Laura Bettencourt Pires, com a sua “História da Literatura Infantil” em Portugal (1983), assim como Natércia Rocha, com uma “Breve História da Literatura para Crianças em Portugal” (1984), ambas editadas nos anos 80; a manifestação das primeiras revistas sobre crítica literária e o surgimento de um conjunto de trabalhos de investigação, realizados no âmbito de mestrados e que continuam a ser referência nos estudos da Literatura para a Infância em Portugal (GOMES, 1997).

4 CONCLUSÃO

Longe vão os tempos em que a Literatura para a Infância era ignorada ou considerada uma espécie de literatura menor. Nos últimos anos, como expressão desse fenómeno cultural, a par de um inusitado interesse editorial, assiste-se no meio académico a uma acesa discussão sobre a natureza e lugar da Literatura para a Infância, no conjunto dos géneros literários.

Na verdade, no que se refere à sua designação, é a expressão “Literatura para a Infância” que impera, à medida que não permite quaisquer hesitações relativamente ao seu destinatário preferencial – a criança. Há quem defenda que literatura para crianças e literatura para adultos se fundem numa só e que a única diferença está na sua adaptação aos anseios e interesses do leitor. No entanto, para isso, é exigido ao autor um conjunto de estruturas psicológicas e linguísticas que lhe possibilite esse acto de escrita, conseguindo simultaneamente atender às especificidades da criança-leitora, face à escolha de géneros literários, temas e linguagem ajustados. De uma forma ou de outra, como ficou comprovado, as divergências entre as várias abordagens teóricas não escondem um apreciável número de semelhanças, de pontos em comum.

O progresso da literatura para a infância está, em certa medida, ligado à própria evolução do conceito de infância e, conseqüentemente, ao progresso registrado historicamente pela escola. Durante muitos anos, a criança apenas tinha acesso à literatura, sem mais, destinada aos adultos. As primeiras obras para crianças tinham uma intenção puramente pedagógica, cuja função complementar consistia na transmissão de saberes, pois, até ao século XIX, a literatura para os mais novos esteve fortemente ligada à escolarização. Fora da escola, a criança tinha unicamente acesso ao conto por via da oralidade, de tal modo que são os contos tradicionais os que estão na origem desse ramo da criação literária.

É nessa época fundadora que, por influências estrangeiras, começa-se a escrever em moldes muito idênticos aos actuais. Em Portugal, o século XIX é visto como uma espécie de idade de ouro da literatura para crianças, devendo-se à geração de 70 o seu início, com o aproveitamento e a adaptação de textos tradicionais. Num rápido desenvolvimento, a essa literatura vão-se associando géneros literários variados, atribuindo-se maior importância à sua dimensão lúdica e estética.

Desde obras ligadas ao cultivo da História às narrativas, cujo tema principal é a criança, o século XX constituiu uma época prodigiosa do ponto de vista da criação, assistindo-se a um aumento notório das publicações dirigidas à infância. De facto, a partir dos meados deste século, vieram a lume várias obras de escritores especializados na área da literatura para a infância e que, pelas ideologias impostas pelo Estado vigente, não temeram em expor os seus ideais, apelando à crítica das normas, até então em vigor.

Littérature pour enfants au Portugal: Conceptualisation et contextualisation historique

Résumé

Le présent essai a comme principale finalité de définir conceptuel et évolutivement la littérature pour enfants au Portugal, en ayant pour base les fondements théoriques et critiques de certains auteurs de référence. Parce que la littérature pour l'enfance a été le centre de discussion active, depuis la problématisation à l'égard de sa catégorie en tant que réel phénomène littéraire jusqu'à la valorisation d'un public explicite et concret, il importera réfléchir sur son développement et sur le type de destinataire préférentiel qu'il prétend atteindre. Comme l'écrit pour enfants a connu un investissement considérable ces dernières années, il semble intéressant qu'il se fasse un abordage de son statut dans l'univers littéraire portugais, en spécifiant les divers genres éditoriaux envisagés dans ce domaine de l'écrit pour enfants.

Mots-clés: Littérature pour enfants. Concepts. Histoire. Genres littéraires.

Notas explicativas

¹ Texto adaptado de uma dissertação, apresentado ao Mestrado em Ciências da Educação, da Universidade de Aveiro, em março de 2008, intitulada O livro no jardim-de-infância – Um olhar sobre a obra de Luísa Ducla Soares.

² Aqui não estão contemplados os álbuns narrativos ilustrados, uma vez que se integram no âmbito literário.

³ Em 1879, publica a primeira colectânea portuguesa sob o título “Contos Populares Portugueses.”

- ⁴ Em 1883, publicou a colectânea “Contos Tradicionais do Povo Português com um Estudo de Novelística em Geral.”
- ⁵ Em 1899, Ana de Castro Osório publica uma colectânea de contos no livro “Alma Infantil.” Em 1907, funda “O Jornal dos Pequeninos” e, em 1922, publica a obra “Viagem Aventurosa de Felícia e Felizardo.”
- ⁶ Na mesma linha de pensamento de João de Deus relativamente à alfabetização, Trindade Coelho publica, em 1901, o “ABC do Povo.”

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. Nótula sobre o Conceito de Literatura Infantil. In: DE SÁ, Domingues Guimarães. **Literatura Infantil em Portugal**. Braga: Editorial Franciscana, 1981.

BARRETO, António Garcia. **Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa**. Porto: Campo das Letras, 2002.

BASTOS, Glória. **Literatura Infantil e Juvenil**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

BRITO, Ana Luísa Eufrásia de. **Literatura para a Infância**: Estudo sobre as Concepções e Vivências numa Amostra de Educadores. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)–Universidade de Coimbra, 2004.

BRITO, Ana Luísa E.; FIGUEIRA, Ana Paula C.; FERREIRA, António A. (2004), Literatura para a Infância: Estudo Sobre as Concepções e Vivências numa Amostra de Educadores. In: **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra: Universidade de Coimbra, ano 38, n. 1, 2, 3, p. 359-390.

CERVERA, Juan. **Teoria de la Literatura Infantil**. Madrid: Ediciones Mensajero, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil**. São Paulo: Edições Quiron, 1985.

GOMES, Alice. **A Literatura para a Infância**. Lisboa: Torres e Abreu Lda, 1979.

GOMES, José António. **Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1997.

GOMES, José António. **Livro de Pequenas Viagens**. Matosinhos: Contemporânea, 1997.

GOMES, José António. Das Rimas Infantis Populares às Rimas Cultas do Primeiro Modernismo e Surrealismo. In: GOMES, J. A. (Org.). **Malasartes**, Porto: Campo das Letras, n. 11, p. 21-26, jun. 2003. (Cadernos de Literatura para a Infância e a Juventude).

GOMES, José António. Literatura para a Infância e a Juventude: os Inícios (Período 1900-1945). In: LLUCH, Gemma; RECHOU, Blanca-Ana (Org.). **Boletín Galego de Literatura** – Para Entenderte Mellor – As Literaturas Infantis e Juvenís do Marco Ibérico, Chile: Universidade de Santiago de Compostela, n. 32, p. 67-102, 2º semestre, 2004, 2005.

GOMES, José António; RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da. Produção Canonizada na Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude (Século XX). In: GOMES, José António; ROIG RECHOU, Blanca-Ana (Coord.). **Grandes Autores para Pequenos Leitores**. Literatura para a Infância e a Juventude: Elementos para a Construção de um Cânone. Porto: Deriva Editores, 2007.

LEMOS, Esther de. **A Literatura para a Infância em Portugal**. Lisboa: Ministério da Educação, 1972.

MENDOZA FILLOLA, Antonio. Función de la Literatura Infantil y Juvenil en la Formación de la Competencia Literaria. In: CERRILLO, Pedro; GARCÍA PADRINO, Jaime (Coord.). **Literatura Infantil y su Didáctica**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 11-53, 1999.

PARAFITA, Alexandre. Tentativa de (Re) Definição do Conceito de Literatura Infantil. In: MESQUITA, Armindo. (2002), **Pedagogias do Imaginário – Olhares sobre a Literatura Infantil**. Porto: Edições Asa, p. 207-210, 2002.

PERRICONI, Gabriela. **El Libro Infantil**. Buenos Aires: El Ateneo, 1983.

PIRES, Maria Laura B. **História da Literatura para a Infância Portuguesa**. Lisboa: Veja, 1983.

RAMOS, Ana Margarida. **Livros de Palmo e Meio – Reflexões sobre Literatura para a Infância**. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

ROCHA, Natércia. **Breve História da Literatura para a Infância em Portugal**. Biblioteca breve. Lisboa: Ministério da Educação, 1984. v. 97.

SORIANO, Marc. **Guide de Littérature pour la Jeunesse**. Paris: Hachette, 1975.

VELOSO, Rui Marques. **A Obra de Aquilino Ribeiro para Crianças. Imaginário e Escrita**. Porto: Porto Editora, 1994.

VELOSO, Rui Marques; RISCADO, Leonor. (2002), *Literatura Infantil, Brinquedo e Segredo*. In: GOMES, José António (Org.). **Malasartes**, Porto: Campo das Letras, n. 10, p. 26-29, dez. 2002. (Cadernos de Literatura para a Infância e a Juventude).

Recebido em 14 de julho de 2008

Aceito em 1 de setembro de 2008